



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 20/2025

(Plenária Presencial)

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio);**

Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM;**

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga;**

Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

Francyne da Rosa, **CEMME;**

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA;**

Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;**

Luciula Abreu, **Fundação O Pão dos Pobres;**

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo;**

Patrícia Lane Araújo Reis, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel;**

Natália Laurindo, **AHMI;**

Priscila Balestrin e Fabrícia Demo, **Parceiros Voluntários;**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Edemar Sarnagotto, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

127 Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e**
 128 **Desenvolvimento Rural – SMGOV;**

129 Sandra Regina Castro de Aguiar, **Secretaria Municipal de Educação – SMED;**

130 Sônia Rejane dos Santos Vieira e Deise Nunes, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

131 **FALTAS JUSTIFICADAS:**

132 Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

133 **DEMAIS PRESENTES:**

134 Luciana Tietbohl, **Administrativos SMIDH;**

135 Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia.**

136 **PAUTA:**

137 **1. Abertura;**

138 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**
 139 **Comissão de Finanças;**

140 **3. Informes.**

141 Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

142 **1. ABERTURA;**

143 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 144 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Boa tarde, então. Vamos começar mais uma
 145 plenária. Já aviso que eu tenho que sair antes das 4, então vamos focar. Então, vamos começar
 146 pelas coisas mais complicadas. Vamos anotar os nossos seminários que nós temos. O que a
 147 gente tem? A gente tem o seminário agora na terça-feira, que eu coloquei ali, que é o
 148 seminário de continuação, àquele seminário de ontem, lá na OAB. Então, quem está
 149 organizando é o CT, a OAB e o CMDCA. Eu coloquei ali no grupo já para poder fazer a
 150 inscrição e para poder também participar. Na quarta-feira, dia 9, nós temos o nosso seminário,
 151 lá no Tecnopuc. Esse seminário, daí, é todos os conselheiros lá. Dia 5 de agosto nós teremos
 152 um outro momento mais festivo, mais solene, que vai ser lá na PUC, no Prédio 9, às 14 horas.
 153 Este vai ser a entrega de placa. Esse aí seria aquele que seria dia 30. Esse é o de 35 anos
 154 também. Vai acontecer junto na plenária do Fórum, porque nós estávamos com muita
 155 dificuldade de encontrar, por incrível que pareça, dia 30 de julho não tem um prédio na PUC à
 156 disposição. Formaturas, provavelmente. E aí, então, a gente não teria condições, aquela
 157 semana toda ali. Então, a gente já tinha um prédio no dia 5, então a gente trocou para o dia 5,
 158 que a gente consegue tudo direitinho. Então, são esses os nossos seminários este mês. Então,
 159 dia 8, dia 09/07 e dia 05/08. Para o dia 09/07, preciso de uns dois ou três conselheiros que

160 possam ficar na recepção para pegar as assinaturas das pessoas e coisas assim, para dar uma
161 auxiliada lá. Alguém mais? Priscila? Fabrícia. A gente vê lá quem chegar ali primeiro já vai
162 fazendo parte. A isenção do estacionamento já foi as plaquinhas para lá, gente. Então, se
163 alguém mais tiver alguma questão de isenção. É no prédio, no auditório da HP. A placa é para
164 botar a do CMDCA novo. No auditório da HP, no Prédio 9. Prédio da Tecnopuc. Às 8:30 está
165 marcado, na verdade. Sabe entrando pelo estacionamento aberto? Você pega à esquerda e
166 sobe ali e você já vai ver Tecnopuc. É só perguntar, ele é um prédio grande assim. Por dentro
167 também tem uma entrada. Onde era o batalhão. Ele é grande. Esse evento, quem está fazendo,
168 então, é a Fundação Gerações, o CMDCA e o Ministério Público. A gente convidou também
169 outros locais para fazer algum apoio, alguma coisa assim, mas são esses três locais. Em
170 relação a eventos é isso. Mas nós temos um problema, viu, pessoal? Assim, o nosso Itaú
171 Social, nós temos o prazo até dia 11 agora para fazer a inscrição do projeto selecionado do
172 CMDCA também, do conselho. Sendo que na quarta-feira nós não vamos ter plenária, porque
173 nós estaremos no seminário. Preciso que a gente organize uma comissão para a gente analisar
174 os processos antes e preciso de uma extraordinária, pode ser online, de meia hora, se for o
175 caso, de preferência na terça-feira. Pode ser? De manhã? Para mim, às 8 horas da manhã já
176 estou de tranquila. A gente pode ver qual é o melhor horário para vocês também. Porque eu
177 quero, assim, poder dar tempo de quarta, quinta e sexta para poder inscrever o projeto, lá no
178 site e tudo mais. Porque se a gente for fazer quinta ou sexta, não vai dar tempo. Se tiver que
179 fazer qualquer correria, tem que ter uns três dias. Segunda-feira, meio-dia. Pode ser? Mais
180 tranquilo? Então, tá bom. É uma plenária extraordinária. Aí, assim, eu estava vendo ali quem
181 poderia fazer parte da organização, da seleção dos projetos. Nós temos em média uns 15
182 projetos. A gente podia se reunir online na sexta-feira de manhã agora e aí a gente fazia a
183 análise para segunda-feira a gente passar na plenária rapidinho e aí já é isso. Quem estava
184 comigo? A Fabrícia. A gente precisa analisar os processos para escolher o projeto para o Itaú
185 Social. Pode? Fabrícia. Quem mais? Pode botar Guilherme. Começou a surgir. Elisandra?
186 Online de manhã, rapidinho. Então, ficou a Fabrícia, o Guilherme, a Elisandra, a Luciane e eu.
187 Aí, eu vou fazer uma planilha para a gente poder fazer a pontuação. Então, retomando: sexta-
188 feira às 9 online, Fabrícia, Guilherme, Elisandra, Luciane e eu faremos a organização da
189 análise para o Itaú Social. Na segunda-feira, às 12 horas, nós teremos uma plenária rápida e
190 rasteira, online, para a gente poder passar a questão da inscrição do Itaú Social. E aí já
191 pergunto: Comissão de Registros, não conseguiriam analisar algumas instituições para

segunda? Aí a gente já consegue passar algumas instituições, já que a gente não vai ter na plenária na quarta. Quer falar, Paulinho, já, aproveitar sobre a comissão, sobre o recadastramento? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sobre o recadastramento, o link foi fechado. Para quê? Ele vai trabalhar em cima dessas que nós recebemos até o prazo, dia 30 de junho, que foi segunda-feira. Então, já estamos providenciando aqui com a equipe do CMDCA da secretaria a listagem de todas aquelas que enviaram os seus processos. Algumas já analisamos, outra ainda vai entrar na nossa pauta de comissão. As que estiverem tudo ok, estamos passando na plenária. As outras, que estiverem faltando algum documento, a gente vai fazer uma vista paralela ali para complementação de documento e vamos entrar em contato via despacho para eles fazerem a complementação. “Ah, mas, Paulinho, tem umas que não conseguiram fazer o recadastramento”. Segundo a nossa resolução ali, então, fica irregular. Se está irregular ou suspensão, entra com a solicitação para uma reativação do registro, que seriam esses mesmos documentos do recadastramento, mais o plano de atividade que se pede lá no registro, que é o requerimento que tem lá para reativação e o plano de atividade do serviço. Então, vai acrescentar esses dois documentos para esses que atrasaram. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Vocês não pensaram em só prorrogar mais um pouco? Porque eu digo assim, dia 30 teve algumas instituições que entraram em contato comigo, tinha uma instabilidade em algum momento lá no sistema e a e até eu falei com o Érico, lá do Fórum, para ele poder dar uma olhada. Ele tinha olhado, estava tudo tranquilo, mas as instituições estavam com algum problema. E aí ficaram algumas instituições que não conseguiram no dia. Eu penso assim, que a gente podia, talvez, digamos, prorrogar por mais 15 dias ou alguma coisa assim, sabe? Para que a gente pudesse dar mais um prazo para que as instituições pudessem mandar a documentação. E aí isso dentro do recadastramento, dentro do link, dentro de tudo isso. Porque se a gente cancelar agora, digamos, finalizar o prazo com a resolução, depois a gente não vai conseguir prorrogar, a gente vai ter que fazer uma nova. Mas a gente prorroga essa. A gente não precisa fazer uma nova. Prorroga a resolução que prorroga o prazo, na verdade. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O que eu faria é o seguinte, a partir do dia 30 para cá, fossem separadas para a gente trabalhar em cima dessas que já enviaram, essas 200 e poucas, e essas outras fiquem para posterior ao grupo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

224 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, mas até para a gente ter uma noção. Não
 225 sei, o que vocês acham? O que tu achas, Paulinho? Porque eu acho que a gente poderia
 226 prorrogar mais um pouco e aí a gente dá mais um prazo. Sabe? Que daí a gente consegue ir
 227 trabalhando com as instituições também, tranquilo. Não falo em prorrogar um atestado, eu
 228 falo em prorrogar o prazo de envio para o cadastramento. Que daí a gente consegue fazer
 229 mais tranquilo. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**
 230 **de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** E a orientação, porque quando concluir o prazo, que
 231 tem que entregar o plano de trabalho, não o plano de atividade, né? Está escrito? **Carolina**
 232 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 233 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. O que o Paulinho estava trazendo é, a minha
 234 sugestão, prorroga o prazo. Entrega só a documentação que já está no link: estatuto, a
 235 quantidade de crianças, ata. Paulinho está dizendo: fechamos o prazo de cadastramento,
 236 abrimos a documentação praticamente para a Resolução 100, que é plano, relatório, a
 237 documentação que já estava no link, mas ganha praticamente o plano e relatório a mais. Eu
 238 penso de que a gente não precisa fazer isso ainda. Eu penso que a gente pode só prorrogar o
 239 prazo e até, assim, ó, seria bem querida, eu prorrogaria por mais um mês. Sabe? Assim, sendo
 240 bem querida, prorrogar por mais um mês. Depois que tu prorrogou por mais um mês, aí sim,
 241 não tem choro nem vela. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** É que assim, tem algumas,
 242 que a gente até conversou outra vez, algumas com dificuldade de anexar. Aí tem que colocar
 243 como PDF, tem que colocar como mantenedora lá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 244 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 245 **CMDCA:** Eu, na verdade, senti mais dificuldade nessas instituições de entender o que é
 246 executora e mantenedora. É isso que elas têm mais dificuldade de entender, porque elas dizem
 247 assim, ó: mas é eu que executo. Sim, só que tu é só tu ou tu tem outro endereço? Não, é só eu.
 248 Então tu és a mantenedora de ti mesma. Então, é essa dificuldade de terminologia, na verdade,
 249 que as instituições têm. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos**
 250 **Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** E ontem, na plenária, né, Paulinho,
 251 quando o Paulinho informava o cadastramento, como é que está o andamento, as OSCs
 252 dizem que não tem retorno nenhum, que elas querem saber como que ficou. E aí, então, eu
 253 acho que a gente poderia pensar em mandar, enviar um retorno, né? **Carolina Aguirre da**
 254 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
 255 **Presidente do CMDCA:** Mas é, assim, só vai o retorno quando tu preenche de executora, que

daí vai o retorno ali: você preencheu, parabéns, beijo. [Falas concomitantes]. As instituições já passaram? Entendi. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** É que assim, ó, essa situação do cadastramento, conforme, é muita demanda e a secretaria não tem pessoal para trabalhar, para ser bem sincera. Daí o Luís pediu a estagiária lá para fazer esses anexos dentro dos processos. São muitas, tem OSCs que têm 10, 15 executoras. E eu acredito que ela não está dando esse retorno para as OSCs no e-mail. As que eu estava fazendo, eu estava enviando e-mail informando que o documento tinha sido anexado no processo tal e tinha sido encaminhado para análise. Eu acredito que a menina que está fazendo não está dando esse retorno, né? Então, infelizmente, por falta de pessoal, a gente não está conseguindo dar conta de retornar para todas. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É fazer a relação de todas que entregaram até agora, dia 30. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas aí que está, a Carol e a Lu estão dizendo, não tem gente para fazer nem essa relação. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Talvez no próprio formulário, quando eles encerrassem, se fosse uma mensagem. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas ali tem, quando encerra o formulário tem uma mensagem. Mas daí tu sai daquela tela, tu perdeu a mensagem. Tu tem que printar a mensagem para dizer que recebeu a mensagem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só que assim, o que as pessoas estão querendo, e aí eu adoraria que a vida fosse assim, as pessoas querem que: manda hoje e passa amanhã. Teve uma instituição que me ligou segunda-feira, ela precisava, segunda vencia o atestado, ela precisava que terça-feira ela tivesse outro atestado. Aí eu disse que não tem como, não tem como. É quarta a nossa plenária e tu entra numa fila. Então, tipo assim, aí é o outro lado, que nem eu digo assim, as pessoas, elas muitas vezes, elas gerenciam uma instituição. Então, é um CNPJ, é um problema, é um, né? E nós aqui estamos gerenciando agora mais de 200 instituições que estão numa fila. Então, não tem como. O que eu proponho para nós, na verdade, é, passada quarta-feira agora que a gente não vai ter plenária, na outra quarta, todas as comissões, e aí talvez a gente possa ver uma instituição próxima que tenha uma sala de computação. Ah, almoço, ouvi? [Risos] Mas que a gente possa daí fazer um mutirão, como a gente fez naquele outro edital, que daí todas as comissões vão para lá e se focam nisso. E aí, se for o caso, a gente avança à tarde e faz a plenária quase no final, praticamente para aprovação de instituições. **Francyne da Rosa, CEMME:** Carol, essa data

288 seria 16 de julho. Quem sabe, então, não prorroga até 15 de julho e 16 a gente vai parar para
 289 fazer isso? Porque daí, um mês, no dia 16, a gente vai parar para fazer as que mandaram até
 290 agora, assim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 291 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente ainda vai receber bastante.
 292 Tem que ver quantas tem para fazer. Tem bastante para ser analisada, para mandar. É, eu
 293 calculo mais umas 30, pelo menos. Mas eu acho que dá para fazer no dia 16 e depois faz lá
 294 pelo dia 5 de novo, continua. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**
 295 **Fazenda – SMF:** Mas eu acho que daria para fazer dois momentos. Que daí quem entrou
 296 agora, a gente faz dia 15 de julho e pega lá no final. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 297 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Acho que
 298 sim. Então, dia 16 e dia 6, então, a gente faz o mutirão. Aí todas as comissões se juntam dia
 299 16/07 e 06/08. Então, vai ser prorrogado até o dia 31, para dar mais 30 dias. Prorrogar então
 300 até o dia 31/07, tá, gente? Aí precisa da resolução, vamos votar. Quem é favorável à
 301 prorrogar, por favor, levantar a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Mais alguma
 302 coisa, Paulinho? Não? Só passar para vocês, gente, nós estamos com a segunda reunião com a
 303 PGM e com a Rochele, a Jennifer, a o Comui, o Mincarone está também nessa reunião. O que
 304 nós estamos discutindo? A secretaria está trazendo uma proposta de decreto para organizar
 305 algumas questões em relação ao Fundo. Eles começaram com: qual era a competência do
 306 Fundo, qual é a competência da Secretaria, qual é a competência do Conselho. Bem tranquilo
 307 no primeiro momento. Aí depois, foi uma parte um pouco não tranquila, foi quando eles
 308 trouxeram de que quando o recurso vai chegar para contratualização com a prefeitura, a
 309 Secretaria/Fundo é que vai decidir a forma, se é pela 13.019 ou pela 14.133. Aí eu levantei e
 310 disse assim: não, porque pela Resolução 150, nós só podemos pela 13.019. Ah, mas isso não
 311 compete ao Conselho. OK, não compete ao Conselho, mas compete ao Conselho decidir o que
 312 fazer na resolução e qual o dinheiro que pode ser gastado pelo Conselho naquela resolução ali.
 313 E é isso que a gente determinou. Então, a gente vai acabar discutindo um pouco mais para a
 314 frente, porque a gente viu que nesta parte a gente vai ter que conversar um pouco mais. E tem
 315 outros pontos também que vai ser meio complicado. Nessa última segunda, a gente só ficou
 316 falando quais eram mais apropriado os termos. Como, por exemplo, estão pensando em trocar
 317 o termo de “resgate” para “solicitação”, alguma outra palavra assim, porque parece banco.
 318 Tanto faz. Assim, não é isso que impacta, sabe? Isso aí não é nem um termo técnico. É um
 319 termo. É um adjetivo, tanto faz. Então, assim, não é isso que vai diferenciar. Sabe? Então, ah,

320 vamos botar lá para a gente pensar. Não. Sabe? Então, isso aí tanto faz. Então, essa reunião de
 321 última foi bem mais light, assim, não teve nada. E, para as próximas reuniões, aí sim, acho
 322 que vai ser mais detalhado e tudo mais. Uma questão que eu senti é de que o texto do decreto
 323 não tem como ser compartilhado previamente, porque eu gostaria que fosse previamente
 324 também, para que a gente já tivesse alguns apontamentos. Mas o que eles estão trazendo é que
 325 eles vão trazer a pauta, o tema, e aí a gente vai estar discutindo conforme o tema. Tá? Então,
 326 mais ou menos isso. Só dizer para vocês quais são os temas aqui. **Priscila Balestrin,**
 327 **Parceiros Voluntários:** De manhã, na reunião que teve com os fundos, com relação à
 328 captação, foi comentado que no decreto vai ser colocada a questão da transferência de
 329 recursos entre projetos, para poder regulamentar e ter um embasamento legal para a gente
 330 poder autorizar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 331 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso não foi conversado. Não foi
 332 falado sobre isso também, nada. E assim, a minha posição é a mesma que a gente já falou
 333 aqui, de que a gente não pode basear as possibilidades dos projetos na impossibilidade do
 334 sistema. Porque isso é impossibilidade de um sistema, que o sistema que não conversa com
 335 ele mesmo para dizer: o dinheiro daqui foi para lá. Então, isso eu não posso, não tem lugar
 336 nenhum dizendo que não pode ser transferido. Ah, é uma questão de ética. **Priscila Balestrin,**
 337 **Parceiros Voluntários:** Mas para nós não seria melhor que no decreto conste isso, que é
 338 possível, para a gente poder ter respaldo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 339 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 340 **CMDCA:** Sim, a gente conseguir que conste. Tudo bem. Mas é mais difícil não constar.
 341 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Foi dito na reunião que ia constar. **Carolina**
 342 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 343 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É mais fácil constar que não pode. **Lisete Aparecida**
 344 **da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do**
 345 **Adolescente:** Eu também. E outra coisa que eu fiquei na dúvida também, quando a Jennifer
 346 trouxe que ela encaminhou uma situação para o conselho que até hoje não deu retorno ainda.
 347 Um parecer que falou de fundo livre. Aquele rapaz questionou. Não sei se vocês ouviram isso.
 348 Eu entendi que era CMDCA. Ela disse que encaminharam o documento para o conselho, mas
 349 o conselho ainda não tinha dado retorno. Eu não entendi o que era o documento. Até eu acho
 350 que tem que retomar isso com a Jennifer depois. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 351 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

352 **CMDCA:** Documento de quê? **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao**
353 **Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Documento da questão do
354 fundo livre. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
355 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Olhem: “Abrangência e
356 competências, receitas dos fundos, conceitos, formas de destinação de recursos para os
357 fundos, recibo dos destinadores, extrato de recurso captado, utilização dos valores captados
358 pelos fundos”. Aí, eu acho que é aqui que vai pegar: “Legislações aplicáveis, monitoramento e
359 fiscalização, descentralização de recursos dos fundos, previsão orçamentária, prestação de
360 contas dos recursos do fundo, publicidade e transparência, vedações e disposições finais”. Tá?
361 Então, esses são os temas em que foi trazido para a gente poder discutir. E aí, na primeira
362 reunião, eles questionaram se a gente parava nesses temas ou tinha mais algum. Aí, eu trouxe
363 de que vamos deixar aberto para que a gente possa estar inserindo alguns temas, conforme a
364 gente vai discutindo, né? Porque também a gente vai fazendo esse vai e volta também. Mas a
365 princípio é isso aqui, tá? Então, conforme a gente vai discutindo, eu vou estar trazendo para
366 vocês e o que a gente também combinou lá, e é o que eu acredito, é que nós vamos discutir,
367 nós trazemos para o conselho e depois a gente retorna com a posição oficial do conselho. Tá?
368 Então, porque não tem como a gente também fazer diferente. E uma das questões até que eu
369 trouxe do para o Érico, que ele estava representando o Fórum, era, aí eu trago para vocês
370 enquanto instituições também, é passivo já de que nós, enquanto instituições, nós não
371 queremos a 14.133 ou podemos ter pela 14.133 e pela 13.019? Eu trago para vocês para a
372 gente poder fazer esse olhar. Porque, assim, eu até falei para o Érico lá do Fórum, a gente vai
373 ter que pensar e conversar isso com as instituições de uma forma mais apropriada. **Luciane**
374 **Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mas a 14.133 é aquela que está a licitação. **Patrícia**
375 **Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Eu acho que é a gente jogar
376 fora todo o nosso conquista civilizatória das organizações da sociedade civil se a gente voltar
377 atrás para a lei das licitações de novo. A gente nem chegou a um decreto minimamente
378 satisfatório da 13.019. A gente não tem um Confoco na cidade, a gente não tem relações que
379 terminem o espírito da Lei 13.019. Tem um novo decreto agora de 2024 que a gente não
380 reviu, a gente não olhou, e aí a gente vai ficar nessa. Outra coisa, quando judicializar, a
381 primeira instituição que judicializar vai ganhar. A primeira instituição que judicializar vai
382 ganhar, porque se tem uma lei federal que trabalha com a parceria com esse segmento, que ele
383 não é estado, mas também não é empresa, que são as organizações. Se chegar à primeira

384 instituição a judicializar, não aceito, né? Nós temos a lei, vai ganhar. E assim, e sabe, Carol,
 385 tem uma coisa assim que, se um dia a gente tivesse recurso, eu não sei se o CMDCA tem
 386 recurso, eu não aprofundei tanto, para umas consultorias, tem um pessoal de fora que iniciou
 387 essa lei, que estava nas discussões nacionais e que ajudaram a montar o decreto de Belo
 388 Horizonte, por exemplo, que daqui a pouco a gente tem que fazer uma consultoria, sabe? Para
 389 a gente ter um amparo legal bem organizado e não ficar na mão assim de achismos ou de
 390 direcionamento, sabe? Tem um pessoal que fez todas essas consultorias, a prefeitura na época
 391 de Belo Horizonte contratou eles, que depois que acabou o governo, eles saíram do governo,
 392 montaram uma empresa, tipo como acontece muito, né? Está trabalhando no governo, tu sai,
 393 tu monta uma empresa, tu dá consultoria. E aí fizeram todo esse decreto que devem estar
 394 revisando, mas na época era um decreto bem completo, assim, o de BH, né? Que fala até do
 395 Confoco, por isso que BH é uma das poucas cidades que tem Confoco. Daqui a pouco, a gente
 396 tinha que ter uma consultoria, sabe? Nem que seja para esclarecimentos assim, porque senão a
 397 gente fica na mão de tudo que é tipo de situação que não tem nada a ver e aí a gente vai dar
 398 um passo atrás, sabe? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 399 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Quer compartilhar?
 400 **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É, tem dois decretos
 401 que a gente tinha que olhar, que é o novo decreto federal, que é agora de março de 2024, que
 402 ele traz ainda mais, vamos dizer assim, conquistas para essa relação de parceria. E o decreto
 403 de BH, né, que é um decreto municipal, que eles até agora, estava falando com a moça, que,
 404 que ela já está aposentada, mas ela era do governo lá, da prefeitura, e ela montou o decreto,
 405 uma pessoa bem interessante, que ela foi presidente do Confoco em todas as épocas que o
 406 governador era presidente, porque eles fazem igual, né, tipo o CMAS, assim, uma parte é o
 407 governo, outra parte organizações. E eles falaram que até eles estão discutindo, porque essas
 408 coisas sempre melhoram, né? Só que o decreto deles, mesmo de 2016, ele é muito mais
 409 avançado que qualquer coisa que a gente já conseguiu pensar aqui na cidade, sabe? **Carolina**
 410 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 411 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, assim, o que eu penso, tá? Lá na reunião com elas,
 412 elas disseram assim: "Ah, vocês não podem fechar os recursos do Fundo, porque quando tiver
 413 uma instituição que quiser fazer realmente pela 14.133, não vai poder, e nem quando vocês
 414 quiserem fazer alguma aquisição. Por exemplo, Carol, quando vocês quiserem fazer a compra
 415 do ECA, ou a gráfica do ECA, não vai poder". Por quê? Aí eu disse que são coisas diferentes.

416 O recurso do Fundo são coisas diferentes dentro do Fundo. Uma coisa é captação de recurso
 417 da instituição, projeto, Resolução 150. Esse aqui não pode pela 14.133, é isso. Outra coisa é
 418 uma aquisição de ECA ou de uma cadeira pelo Conselho Fundo. Esse é 14.133, esse é
 419 licitação, esse é uma aquisição de forma direta, é uma contratação de forma direta. São
 420 valores que, por mais que estejam lá naquela conta lá, são relações diferentes, né? Então,
 421 assim, é isso que eles têm que entender, né? Então, assim, mas o que eu trago para vocês é na
 422 verdade essa questão para, porque a gente defende isso, OK. Tá? Que só pode para 13.019.
 423 Mas as instituições estão entendendo o que é? A gente está defendendo e é o que as
 424 instituições querem ou porque também pode ser que agora já não queiram mais, ou que já,
 425 sabe? Então assim, porque um decreto é maior que uma resolução. Então, se tiver no decreto,
 426 a gente tem que cuidar, porque pode fechar uma porta, um não sei quê, mas então, assim, eu
 427 fico pensando sobre isso. Eu tenho minha posição, mas eu quero trazer a posição das
 428 instituições. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É só
 429 perguntar às entidades assim, vocês lembram, antigamente, que a gente podia, quando a gente
 430 queria comprar um telefone para que a coordenadora do SASE falasse, a gente não podia,
 431 porque era gasto indireto? Que foi a lei 13.019 que nos colocou na ilegalidade, porque a gente
 432 não queria comprar um telefone para uso da coordenadora do SASE? Quer dizer, então, assim,
 433 é só relembrar o que era antes e o que é depois. Eu duvido que as organizações queiram voltar
 434 para licitação, a não ser que seja uma organização muito, sei lá, grande, não sei. Eu não sei.
 435 Eu nem consigo ver nenhum cenário que as organizações possam querer voltar para licitação.
 436 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu penso que
 437 da forma como está sendo conduzido vai ser difícil, entendeu? Porque teria que vir uma
 438 minuta e se coletivo, é, se coletivo, o coletivo que vai ser, né, discutido, entendeu? Porque do
 439 jeito que está, a gente lê o artigo 1º, é não sei quê, artigo 2º, até tu raciocinar, eu acho isso
 440 complicado. E aí, da forma como ela, como a procuradora colocou, ela disse: "Ah, mas se tu
 441 deixa aberto, OK, tu pode comprar, senão não". Não, são coisas distintas. Mas então, assim,
 442 eu acho que talvez na próxima faça uma minuta do que vocês entendem e depois se discute,
 443 porque senão, não. Daqui a 20 dias tem que vir a proposta, do lado B, entendeu? E aí já está
 444 limpo assim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 445 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que nem o termo, a palavra de
 446 resgate, resgate é muito. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mas tem outra
 447 questão aí que a gente nem está discutindo, que é a questão de muitas vezes descaracterizar o

448 poder deliberativo do conselho. Então, assim, eu acho que a questão que as gurias trazem
 449 aqui, a Patrícia e a Sônia trouxeram de forma muito sucinta, né, para a gente pensar. Nós,
 450 então, a gente tem que começar a aprofundar, e é a questão de que esse decreto já devia ter
 451 sido feito, sim, né? E é uma lição de casa que nós estamos atrasados, sim, e que a gente tem
 452 que se preocupar até que ponto nós garantiremos o nosso poder. Na verdade, não é poder, é
 453 questão da nossa atribuição enquanto conselheiro de direito. Isso preocupa, eu acho que a nós
 454 todos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 455 **Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não adianta, Lu, não adianta dizer assim, lá na resolução,
 456 no decreto, está lá: ah, o recurso vai ser liberado conforme as resoluções do conselho. Mas aí,
 457 no decreto, está dizendo o que pode e o que não pode. Então, já não é de acordo com a decisão
 458 do conselho. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Eu acho
 459 que se não se posicionar agora, o futuro do conselho vai ser mais difícil voltar atrás. Tipo, no
 460 futuro, os novos conselheiros, as novas pessoas que vão chegar no futuro, vai ser mais difícil
 461 voltar. Quer dizer, se nesse momento não, talvez não se posicionado de um jeito um pouco
 462 mais garantindo, né, o poder deliberativo, garantindo que uma conquista seja reconhecida, que
 463 é uma lei federal, gente. Então, assim, não tem nem porquê, assim, é um momento é agora
 464 também, porque é o que, não é só aqui em Porto Alegre, muitas cidades estão fazendo esse
 465 movimento de tirar o poder dos conselhos, sabe? Ficando assim um poder quase absoluto nos
 466 executivos municipais. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 467 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, eu acho que a gente
 468 pode estar encaminhando isso também, de que a gente vai solicitar a minuta para a gente
 469 poder estudar. Eu acho que o ponto é esse. E aí, a gente trabalhar a partir da minuta, porque eu
 470 acho que daí a gente também consegue fazer essa construção um pouco melhor. **Patrícia**
 471 **Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** E leva a proposta já pronta
 472 também, né? Já sai daqui com a contraproposta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 473 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 474 **CMDCA:** É. E aí a vírgula é aqui e o é lá, né? Tá. Então tá. Mais alguma coisa, pessoal?
 475 Podemos ir para as comissões? Comissão de Finanças.
 476 **- COMISSÃO DE FINANÇAS:**
 477 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Comissão de
 478 Finanças. Processo 23.0.000010316-0, **OSC INSTITUTO VIDA SOLIDÁRIA**, Projeto
 479 Atendimento Integral a Crianças e Adolescentes 23/24. A OSC encaminhou Ofício 02/2025,

480 documento SEI 34320566, onde solicita prorrogação de vencimento da Carta de captação de
481 30/06/2025 para 31/12/2025. O extrato financeiro apresenta no documento SEI 27332445 o
482 valor de R\$ 9.000. A carta de captação era autorizada de R\$ 141.000, aprovado na Resolução
483 059/2023, Certificado 09/2023. O encaminhamento da comissão, então, opina pelo
484 *indeferimento* da solicitação, considerando não haver amparo na Resolução 150 e o baixo
485 valor apresentado no extrato. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
486 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, não, eu
487 acho que é bem isso. Na Resolução 150 não há previsão de prorrogação da carta de captação,
488 sendo que, vamos ser bem justos, né, a carta de captação, ela já é de dois anos. Então, ele é
489 um bom tempo para realmente ser feito uma captação. OK, gente? Em votação?
490 **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

491
492 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Processo
493 19.0.000091925-2, **ASSOCIAÇÃO JÚNIOR ACHIEVEMENT RIO GRANDE DO SUL**,
494 Projeto Missão JA 2022. A OSC solicitou, então, um ofício para transferência de saldo entre o
495 projeto do Projeto Missão JA 2022 para o Projeto Educação Empreendedora e Financeira para
496 o Mercado de Trabalho, processo SEI 24.0.000116434436-4. Está dentro do vencimento, tá?
497 Mas o Projeto Missão JA, ele foi aprovado na Resolução 091/2022, Certificado 016/2022,
498 com vencimento em 31/12/2024. E o Projeto Educação, Resolução 135/2024, Certificado
499 23/2024, com vencimento em 31 de dezembro de 2026. O valor é de R\$ 901.511,32. Em
500 análise ao solicitado, a Comissão de Finanças é de *parecer favorável* à transferência no valor
501 de R\$ 901.511,32. Informamos que o prazo de 180 dias, conforme regulamentado na
502 Resolução 150/2022, venceu em 30 de junho de 25. O processo está tramitando internamente
503 desde o dia 16 de junho. Documento SEI 34197591. Assim está de acordo essa solicitação.
504 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
505 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Está no prazo. **Sônia Rejane dos Santos**
506 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Está no prazo, tá? Fica a ressalva, no
507 entanto, que somente será tratada internamente na SMIDH, após vencido o prazo que a
508 secretaria solicitou para analisar o sistema diante das inconsistências verificadas. Eu acho que
509 isso tem que constar na resolução, a gente, não, a gente autoriza a transferência, autoriza, né, a
510 gente é de parecer favorável, mas, no entanto, essa ressalva de que a gente está atenta, aquela
511 vez, né, que pode confirmar ou não. Desse período de análise que eles pediram para o sistema.

Então, é nesse sentido, né? Fica a ressalva de que somente será tratada internamente após vencido o prazo que a secretaria solicitou para analisar o sistema diante das inconsistências, né? Porque daqui a pouco tem uma inconsistência aqui, não é mais esse, mas, no entanto.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: É isso aí. Em votação. Ok, **APROVADO** também. Próximo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Processo 25.0.00008345-8. É pessoa física, **FABIANA MACHADO GIACOMINI**. O projeto é Projeto Cuidado Integral às Crianças e Adolescentes com Câncer. A doadora, a senhora Fabiana Machado Giacomini, solicita o estorno de sua doação, tendo em vista a pendência apresentada na Receita Federal, documento SEI 34356355. A fim de resolver o seu problema, a secretaria orientou que enviasse uma solicitação ao conselho. A doação já é parte integrante do termo de fomento assinado 06/2025 da OSC Instituto do Câncer Infantil no valor de R\$ 3.000, através de resolução. Essa doação já está ali e eles pediram também que fosse através de resolução. Tem um parecer jurídico 22382687, onde informa a possibilidade da anulação da doação. Diz o parecer: ante o exposto, em atenção aos limites da consulta submetida a esta procuradoria, conclui-se que a doação realizada por vício no elemento vontade do doador, por faltar-lhe a liberalidade ou com erro substancial, encontra-se passível de anulação com base no artigo 37 da Lei Complementar Municipal de número 628/2009, concomitante com os artigos 538 e 138 do Código Civil. Então, anulação da doação, com os efeitos que lhe são decorrentes, como restituição do montante transferido e as providências atinentes a evitar a respectiva dedução do imposto de renda, conforme solicitado pelo particular. Apesar disso, compete ser submetida à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do artigo 36 da Lei Complementar 628/2009. É o entendimento, então, que ela submeteu. Diante disso, o encaminhamento da comissão: em análise ao solicitado, a comissão de finanças é de parecer favorável ao estorno da doação no valor de R\$ 3.000, devendo a gestora de parcerias descontar do pagamento a ser repassado à OSC este valor, sem atraso e sem prejuízos à OSC, considerando que a falha é interna do sistema da PMPA. E solicitamos urgência na comunicação à OSC sobre o estorno do valor doado que compõe o termo de fomento assinado. Este conselho solicita à SMIDH agilidade na regularização desta pendência e de possíveis doações para evitarmos novos estornos por bloqueios junto à Receita Federal, ocasionando prejuízo às OSCs nos valores captados. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Meu Deus do céu, que

544 horror! Pois eu não entendi. Eu entendi o parecer, mas não entendi por que ela está pedindo.

545 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Porque ela

546 apresentou, ela tenta passar a declaração dela de imposto de renda, onde ela fez a dedução, e

547 ela paga e ela indica que quer indicar a doação para essa OSC, mas aqui não consegue gerar

548 um documento, alguma coisa, que comprove que recebeu o dinheiro. Então, a guria está com a

549 pendência na Receita Federal. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

550 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas isso é de 2024 ainda.

551 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

552 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É assim, ó: tiveram várias pessoas físicas em

553 que entraram na malha fina porque teve um documento que é gerado aqui dentro e não

554 aconteceu esse documento. Não sei o nome do documento agora. **Luciane Escouto, Instituto**

555 **Leonardo Murialdo:** Declaração de benefício fiscal. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**

556 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Essa senhora aqui, a Fabiana Machado, ela diz

557 que ela não consegue nem enviar a declaração dela do imposto de renda porque acusa essa

558 pendência. Então, diante disso, ela entendeu que ela pedindo a anulação, ela paga uma DARF

559 lá que ela resolve o problema dela. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

560 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso é mais

561 uma questão que comprova que nós temos problemas seríssimos de fluxo e de sistema. **Sônia**

562 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso entrou na doação

563 do ICI. Quem vai devolver é a captação do ICI. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

564 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

565 **CMDCA:** Não é a instituição que vai devolver. É o fundo que vai devolver. **Sônia Rejane**

566 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Acontece que ela assinou um

567 termo de fomento. O ICI captou 10 e ela assinou um termo de fomento de 10. E esses R\$

568 3.000 da guria está junto, está dentro desse dinheiro do ICI. Não tem como o fundo livre

569 devolver. Ela assinou um termo com o ICI. O ICI assinou um termo aqui com a secretaria.

570 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

571 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Daí a gente vai dizer para o ICI devolver uma

572 doação que ele recebeu daqui, que ele recebeu da pessoa pelo termo daqui? E como é que fica

573 a prestação de contas dessa instituição depois? **Luciane Escouto, Instituto Leonardo**

574 **Murialdo:** Uma sugestão. Quando eu fui presidente do CEDICA, nós tínhamos vários

575 problemas sobre isso. E daí, enquanto Comissão de Finanças da época, a executivo, a gente

576 fez algumas reuniões com a secretaria que fazia a gestão dos recursos do fundo para poder ver
 577 a tramitação e eles poderem entrar em contato direto com a Receita Federal para poder
 578 auxiliar a zerar isso. Porque senão essa pessoa vai ter problema por vários anos, vai ter essa
 579 mesma situação. E lembrando que nós, enquanto conselho vinculado ao fundo municipal, que
 580 na verdade nós somos os gestores, vai acontecer a mesma coisa que aconteceu em Pelotas, que
 581 ficou trancado o fundo municipal por muitos anos. Tinha recurso dentro do fundo, mas ficou
 582 mais de 5 anos sem liberar recurso. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**
 583 **da Fazenda – SMF:** O que eu penso, nesse momento, é o que a câmara entende, que sim, que
 584 a gente estorna e faz essa devolução para ela. E, nessa mesma linha, que o conselho solicite à
 585 SMIDH agilidade para rever todas as pendências, porque, evitando, amanhã ou depois é outra
 586 OSC, e daí? A gente não dá nem o montante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
 587 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
 588 **CMDCA:** E isso é muito perigoso, porque imagina como que a instituição vai fazer essa
 589 prestação de contas, como que a instituição se queima, vamos dizer assim, entre aspas, com
 590 essa doadora. O fundo também se queima dessa forma. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
 591 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Vocês entendem, então, que é o fundo livre que
 592 arca com esses 3.000? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
 593 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu entendo que é a
 594 instituição. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É
 595 porque a instituição firmou o termo. O termo de fomento é o 06/2025. Eles vão receber. Eles
 596 estão em vias de receber. No meu entendimento, eles não podem trancar esse primeiro
 597 repasse. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
 598 **– Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, em vias de receber, ao invés de pagar mais os
 599 3.000, desconta os 3.000? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**
 600 **Fazenda – SMF:** Isso, mas eles aqui, SMIDH, vão ter que fazer esse trâmite interno. Eles vão
 601 ter que fazer a anulação, mas não prejudicando a OSC, entendeu? É nesse sentido o nosso
 602 parecer. Não pode prejudicar. Volta para a estaca zero para refazer algum termo? Não há de se
 603 fazer termo. [Falas concomitantes]. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos**
 604 **Pobres:** Isso tem a ver com a situação do SIAS? **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
 605 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Aqui, em nenhum momento, isso não vem dentro
 606 do processo. Quando a gente lê, não vem essa informação do SIAS. Só vem que é um pedido
 607 da moça, e ela ainda diz: "Eu sou doadora, isso nunca aconteceu. Eu sempre faço e nunca

608 houve esse problema. Neste momento, eu não consigo nem enviar minha declaração". É o que
609 ela diz dentro do processo. "Eu não consigo enviar porque ele acusa o erro". E o que me
610 chamou mais atenção é que ela paga por uma DARF. Ela paga com uma DARF, mas talvez
611 aqui não vá a informação do recebimento, e daí conflita. **Luciane Escouto, Instituto**
612 **Leonardo Murialdo:** Encaminhamento, Carol, podia ver como é que está, pedir as
613 declarações de benefícios que foram registradas pelas destinações em 2024. Pede para a
614 secretaria, que eles têm que ter. Se não tem, tem que fazer. **Carolina Aguirre da Silva,**
615 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**
616 Exatamente. Eles não têm, por isso que está dando isso. Não têm. Tanto é que tem problema
617 no SIAS, está com problema em tudo, não tem. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
618 **Municipal da Fazenda – SMF:** Eu penso, no meu entendimento, não tem como trancar agora
619 o pagamento da OSC para tentar refazer alguma coisa. Não, tem que deixar e daí, lá na frente,
620 faz uma apostila, sei lá. Mas não tranca agora nada também. **Carolina Aguirre da Silva,**
621 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:**
622 Podemos votar, gente? Em votação, quem é favorável ao parecer da comissão? Ok,
623 **APROVADO.** Vamos lá. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Processo
624 22.0.00079203-2 do **INSTITUTO POBRES SERVOS**, do Centro de Educação Profissional
625 São José Calábria. O projeto é o Escola de Startup. Então, chegou para a caixa da comissão o
626 despacho número 34294959 em que a EOF solicita a revogação da Resolução 048/2025, em
627 que este conselho autoriza a transferência de recursos vinculados ao projeto Escola de Startup
628 para o projeto Adote um Futuro 3. No despacho consta: conforme orientado pela coordenação
629 na data de hoje sobre o presente processo, foi realizado o ajuste das doações no SIAS, tendo
630 em vista o erro mencionado já informado, em que valores vinculados ao projeto não
631 apresentavam a informação correta, a saber: valor utilizado pela entidade no projeto Escola de
632 Startup, R\$ 3.207.226,22; valor vinculado ao projeto no SIAS, R\$ 3.046.869. Isto gerou,
633 equivocadamente, um saldo disponível de R\$ 160.357,22. O conselho, o CMDCA, com base
634 nos dados emitidos pelo SIAS, acabou emitindo uma resolução de transferência ao projeto
635 Adote um Futuro 3 de um valor já em parte pactuado no projeto Escola de Startup. Então, vale
636 ressaltar que também a gente já tem no processo SEI 250000780726 sobre as inconsistências
637 apresentadas no SIAS. Então, a Comissão de Finanças, em análise ao despacho e aos
638 documentos anexados, é de *parecer favorável* à revogação da Resolução 048/2025, pois os
639 valores vinculados ao projeto Escola de Startup no sistema SIAS não apresentavam a

640 informação correta do valor de fato utilizado pela entidade. **Carolina Aguirre da Silva,**
641 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
642 **do CMDCA:** Eles iriam receber R\$ 160.000 a mais. E isso a gente tem que votar? **Priscila**
643 **Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim, tem que revogar a Resolução 48/2025, por isso tem
644 que votar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
645 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, quem é favorável à revogação
646 da resolução, por favor, levanta a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Outro? A
647 Sônia tinha pedido vista de um projeto, há umas duas ou três semanas atrás, e aí hoje a gente
648 conversou com a instituição, a Alma Mater. Não sei o número do processo, sabe? Aí, por
649 favor, Sônia. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Então, a gente,
650 naquela outra plenária, não a última, a anterior, a gente tinha pedido vista porque, como fala
651 direto com as questões de saúde, e principalmente porque um dos principais objetivos da
652 entrega da caixa-berço é a redução da mortalidade por coleito, compartilhando o leito dos pais
653 com as crianças, a gente pediu vista, não para inviabilizar o projeto, nem para que ele
654 protelasse a liberação da captação, mas para que ele pudesse conversar com ações que a saúde
655 já vem fazendo no território. E aí a gente conversou, enfim, com a Natália, que representa a
656 instituição. E aí a gente acordou, né, Natália. Eu vou fazer um despacho e nós vamos fazer
657 uma aproximação no momento da execução do projeto. Porque como cada hospital tem uma
658 forma de, um desenho de acompanhamento das crianças, o Presidente Vargas atualmente tem
659 ambulatório de pediatria, então as crianças poderiam retornar para uma avaliação. Mas vários
660 outros não têm ambulatório de pediatria de crianças híginas. Tem ambulatório de pediatria
661 para retorno de prematuros, para retorno de outras situações que não são crianças que
662 nasceram bem e que vão ser atendidas na atenção primária. Então, a gente acertou que eu vou
663 fazer essas considerações no projeto. A Natália, no momento de executar, já com os recursos
664 em mãos, a gente vai fazer uma aproximação das crianças que estão saindo do hospital e
665 recebendo o kit da caixa-berço. A unidade de saúde vai saber que ela recebeu a caixa-berço e
666 vai receber uma sinalização da Alma Mater dizendo que esta família recebeu o kit. E aí a
667 gente vai pensar em alguma forma de fazer esse acompanhamento, até quiçá condicionando,
668 não nesses termos, a entrega da cesta básica à continuidade do acompanhamento, as
669 vacinações, a realização do teste do pezinho. Não que ela não faça, não que ela não receba,
670 mas que ela deve fazer como um estímulo. Eu até usei um exemplo: Curitiba, muitos anos,
671 tem um projeto chamado Mãe Curitibana. E ele se destacou no país todo porque ainda no pré-

672 natal é dito para as mães que fazem o pré-natal, que se ela tiver 7 ou mais consultas de pré-
 673 natal e se ela tiver o acompanhamento pelo menos até os 40 dias após o nascimento com as
 674 vacinas, o teste do pezinho, a consulta de puerpério da mulher, ela ganha um enxoval para a
 675 criança, tipo um enxoval, e é o próprio estado que dá esse kit. Então, isso melhorou muito os
 676 indicadores de Curitiba em relação aos cuidados tanto da mãe e do nenê. Então, daqui a pouco
 677 a gente pode, não é que ela não vá receber, ela recebe os cuidados, mas se ela se empenhar
 678 mais, ela recebe mais ainda. Então, eu acho que pode ser também uma forma de fomentar.
 679 Mas eu acho, Natália, que ficou certinho. Acho que a gente se entendeu no propósito para
 680 tentar apoiar a rede e essas famílias para serem acompanhadas nos seus territórios, que a gente
 681 acredita que vamos ter mais potencial de seguir cuidando. **Carolina Aguirre da Silva,**
 682 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
 683 **do CMDCA:** Eu acho que é importante colocar que a gente chamou a instituição para a gente
 684 fazer a reunião no início da tarde, para a gente organizar que, como eu sempre digo, por mais
 685 que a instituição tenha um conselheiro aqui dentro, a gente tem que tentar trabalhar para todos
 686 da mesma forma. E a gente, muitos pensam, "ah, favorece", pelo contrário, a gente é mais
 687 chato ainda com os nossos. E aí, no projeto específico, o que a Sônia e a Denise trouxeram é
 688 poder fazer a rede realmente funcionar daqui a 2 anos quando for executado o projeto. Então,
 689 que este projeto possa ter o olhar do posto de saúde, ter o olhar da instituição e ter essa
 690 aproximação. Como que vai se dar? Na verdade, vai ser feito este olhar daqui a 2 anos, porque
 691 pode ser muita coisa mudada ainda. Então, para a gente poder fazer essa construção, fazer esta
 692 captação, fazer toda esta construção. Acho que foi muito bom, na verdade, o apontamento em
 693 que as conselheiras da saúde trouxeram, para que a gente possa ter este olhar, que eu acho que
 694 é bom este olhar, para que a gente, às vezes, a gente fala do serviço propriamente e aí a gente
 695 acaba não tendo o olhar daquela secretaria. Podemos colocar em votação? Votar o projeto
 696 agora. Votar o projeto com as questões encaminhadas. Já passou pela comissão de políticas e
 697 de finanças, né? Então, quem está favorável, por favor, levante a mão. Então, **APROVADO**
 698 **COM UMA ABSTENÇÃO.** Então, só recuperando assim, a instituição não vai precisar
 699 arrumar nada no projeto. O parecer que as conselheiras vão fazer é que esta construção da
 700 rede ou de fluxo da rede vai se dar na execução. Então, quando a instituição for colocar em
 701 prática propriamente o projeto, já ia ter que fazer esta conversa que já estão sendo feitas.
 702 Então, é mais uma questão de colocar em prática. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
 703 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu só faço a ressalva, quando a Sônia fizer,

porque tem que dizer que foi aprovado, então, a carta de captação nessa plenária, entendeu?
 Porque daí tem que sair uma resolução para que ela possa... **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** A gente já tem o parecer pronto. A Sônia coloca o despacho dela e a gente pega o parecer e coloca aprovado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Política tem alguma coisa?

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Natália Laurindo, AHMI: A gente fez hoje, então, o parecer favorável, enviou para finanças o projeto da **ASSOCIAÇÃO THIAGO GONZAGA**, SEI 24.0.00025423-1. Agora vai para finanças, ainda não precisa votar. A gente também fez o parecer da SOL MAIOR, é 24.0.00027374-0. A gente está em apreciação, aguardando o retorno da OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Registro. Vamos combinar de votar em bloco? E aí, fala o SEI, nome da instituição. Se estiver tudo ok, está tudo ok. Se tiver algum apontamento, daí se fala o que é, tá? E aí a gente vota tudo em bloco.

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Francyne da Rosa, CEMME: INSTITUIÇÃO EDUCANDÁRIO, CENTRO DE REABILITAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA, SEI 230000465138, atendimento direto de pessoas com deficiência. Esses que eu vou passar agora é recadastramento. **INSTITUIÇÃO ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESTRELINHA DO CÉU**, SEI 23.0.00047891-1, atendimento direto com educação infantil. **MOVIMENTO POR UMA INFÂNCIA MELHOR, MIM**, SEI 23.0.00015684-1, atendimento direto, serviço de convivência de 6 a 15. **INSTITUIÇÃO CASA DE EXCEPCIONAL SANTA RITA DE CÁSSIA**, SEI 23.0.00025297-2, atendimento direto, serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes com deficiência. E instituição **ASSOCIAÇÃO LIGA DE AMPARO AOS NECESSITADOS, ALAN**, 23.0.00039455-6, atendimento direto com educação infantil e serviço de convivência de 6 a 15. Todos eles estão com os documentos ok do recadastramento. O Educandário tinha faltado o comprovante de endereço da OSC, eles enviaram, então está ok agora. E ALAN tem SAF, mas no atestado de funcionamento não tinha, então orientado que eles fizessem o fluxo de inscrição do serviço. Então, todos esses 6 e essas instituições estão ok com o recadastramento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

736 **CMDCA:** Isso? Em votação. Favorável? Ok, **APROVADOS POR UNANIMIDADE.**
737 Outros? **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** Vou ir falando os meus aqui. É
738 recadastramento também. SEI 23.0.00051636-8, **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À**
739 **CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA, AACD.** Tudo ok. Próximo SEI 24.0.00094844-2,
740 **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA ESTRADA DOS BATILLANOS, ESCOLA**
741 **DE EDUCAÇÃO INFANTIL BATILLANOS.** Também tudo ok. Próximo SEI
742 23.0.00067210-6, **INSTITUTO ASCENDENDO MENTES,** documentação tudo ok.
743 Próximo SEI 23.0.00065669-7, **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PITINGA,** ok.
744 Próximo 23.0.00005173-0, **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA ESPERANÇA**
745 **CORDEIRO,** também está ok. Essa da Cordeiro, ela colocou como indireto, mas é direto.
746 Está tudo certo. Tem mais 2 aqui. SEI 23.0.00035046-0, **ASSOCIAÇÃO DE**
747 **MORADORES DA VILA RESTINGA,** tudo ok. E o próximo, 23.0.00041174-4,
748 **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MÃES DA VILA NOVA BRASÍLIA,** também tudo certo. E
749 tem alguns também que a gente encaminhou despacho que esqueceram comprovante de
750 residência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
751 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso? Em votação, quem é favorável,
752 por favor, levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Outro? **Carolina**
753 **Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Recadastramento também. Da **FEDERAÇÃO**
754 **DE BANDEIRANTES DO BRASIL, REGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL,** SEI
755 23.0.00049496-8. Nós nos reunimos hoje pela manhã com eles, com o Paulinho e o
756 Mumuzinho, porque a documentação deles está como atendimento indireto. Então, a gente vai
757 fazer o recadastramento como atendimento indireto, mas também orientou que eles fizessem a
758 inscrição do serviço do pró-rede e passasse para alteração do atendimento como atendimento
759 direto. Isso aí trabalha tipo parecido com escoteiro, eles têm 2 grupos, um na Sogipa e outro lá
760 na Zona Norte. Então é trabalho com as crianças e adolescentes. O outro é **CLÍNICA**
761 **ESPERANÇA DO AMPARO À CRIANÇA, FEACRE,** SEI 24.0.00023289-7, atendimento
762 direto, acolhimento institucional, abrigo residencial. E a gente solicitou também, porque eles
763 colocaram que têm casa lar, então a gente solicitou a inscrição da casa lar. Mas o
764 recadastramento do acolhimento, abrigo, está ok. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
765 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
766 **CMDCA:** Em votação, por favor, levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**
767 também. Vai, outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-**

768 **Presidente do CMDCA:** Vamos iniciar ali: **FUNDAÇÃO TÊNIS**, SEI 23.0.000057857-6. A
769 Fundação Tênis é atendimento direto, eles têm programa de aprendizagem profissional para
770 aprendizes e têm o Pró-Rede. A comissão é favorável. O outro é **ASSOCIAÇÃO**
771 **INTEGRAÇÃO DOS ANJOS**, também é atendimento direto, tem educação infantil e tem o
772 serviço de convivência de 6 aos 14 anos. O próximo ali é do **INSTITUTO POBRES**
773 **SERVOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA**, que é a mantenedora, e enviou todas as 12
774 executoras que estavam os nomes. Então, tem o **CENTRO DE EDUCAÇÃO**
775 **PROFISSIONAL SÃO JOSÉ CALÁBRIA**. Aí, passando ali a escola de educação infantil,
776 tudo é educação infantil. O Calábria, os outros, têm serviço de convivência, têm o jovem
777 aprendiz, têm a internação rural. Então, está tudo denominado lá no despacho. É favorável. O
778 outro ali é o **INSTITUTO VITÓRIA NAHON**. É o SEI 25.0.000017976-3. Então, o Vitória
779 Nahon é de atendimento indireto de assessoramento. Então, enviou todos os documentos. Está
780 apto a receber o atestado. O outro é **CASA DE SAÚDE MENINO JESUS DE PRAGA**.
781 Então, o SEI 23.0.000042213-4. Então, ele é atendimento direto no acolhimento institucional
782 para PCDs. E o outro ali, também do Calábria, é a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE**
783 **NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO, ABENÇA**. O SEI é 23.0.000055945-8. Então, eles
784 enviaram todas as executoras também, que são oito. Todos da educação infantil, só a
785 mantenedora que tem a educação integral. Então, enviaram todos, a gente solicitou também o
786 PPCIs das executoras, então eles encaminharam, tá ok. **SOCIEDADE METODISTA DO**
787 **AMPARO À INFÂNCIA**, SEI 23.0.000036385-5. Ele é atendimento direto e executa o
788 programa de educação infantil, tá? Então, enviou toda a documentação, tá ok. Por enquanto é
789 isso aí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
790 **– Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Em votação, então, quem é favorável,
791 levantar a mão. Ok, **APROVADOS POR UNANIMIDADE**. Mais alguma outra instituição?
792 Então tá, gente. Mais alguma coisa? Não? Então, encerro. Beijo, obrigada.
793 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
794 da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
795 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.